



M.40  
P.01  
EX-06

18

10

FOTO A. MONTEIRO

# Novos Prédios Escolares Para o Brasil

*H. Schubert*

M. E. S. — INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS — (INEP)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
**DIÁRIO OFICIAL**  
SEÇÃO I  
CAPITAL FEDERAL

ANO LXXXVII — N.º 63

TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1948

Mensagem apresentada ao Poder Legislativo, em 15 de  
Março de 1948, pelo General Eurico Gaspar Dutra,  
Presidente da República

SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

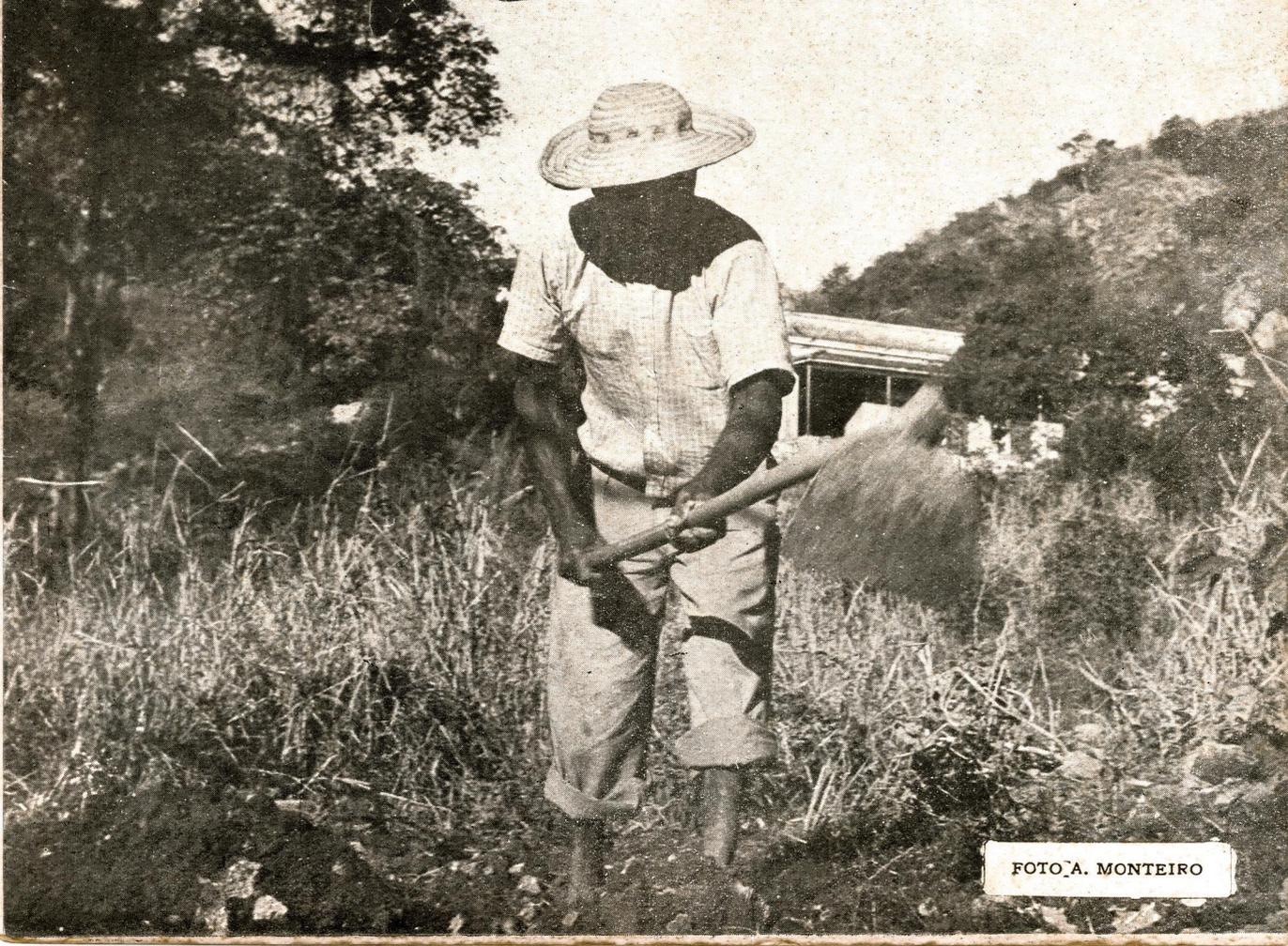
## ENSINO PRIMÁRIO

“No tocante ao ensino primário, incentivou-se o desenvolvimento da rede escolar, visando diminuir o deficit de matrículas que de ano para ano mais se acentuava, tendo chegado mesmo à elevada percentagem de 90% em alguns municípios, onde faltam, na maioria dos casos, professores, prédios, material didático e conseqüente estímulo para a aprendizagem.

A ação supletiva da União neste campo é, pois, imperativa, tendo-se em vista a insuficiência das rendas dos Estados para tão dispendiosas tarefas. Nesse sentido, o Governo desenvolve largo programa de construções escolares, que consistiu inicialmente no financiamento de 2.270 prédios para escolas rurais. Dêsses, mais de 500 já se acham terminados e mais de 1 000 em fase de adiantada construção, convindo esclarecer que, nos núcleos de população estrangeira, foram localizadas mais de 200 escolas, sendo que igual número estamos construindo nas regiões de fronteira. No corrente ano, com os recursos já destinados a êsse fim, cerca de 2.000 classes, com residência para professores serão construídas, beneficiando diretamente as zonas que delas carecem.

O alcance dessa providência é fácil de ser medido desde que se saiba ter sido apurado, em levantamento recente, que cerca de 300 municípios do país não dispõem de um único prédio público especialmente destinado a escola primária.”

O progresso é resultante  
do trabalho e da cultura;  
o futuro do BRASIL  
depende, em grande parte,  
da educação de seus filhos.



Em 1945, as deficiências do ensino primário no Brasil alcançaram índices que exigiam ação imediata e urgente.

## TÍNHAMOS

6.700.000 crianças  
em idade escolar  
(7 a 12 anos);



## DAS QUAIS

sòmente 3.200.000  
estavam matriculadas;



## RESULTANDO

que cêrca de 3.500.000  
nãõ estavam recebendo  
instrução.

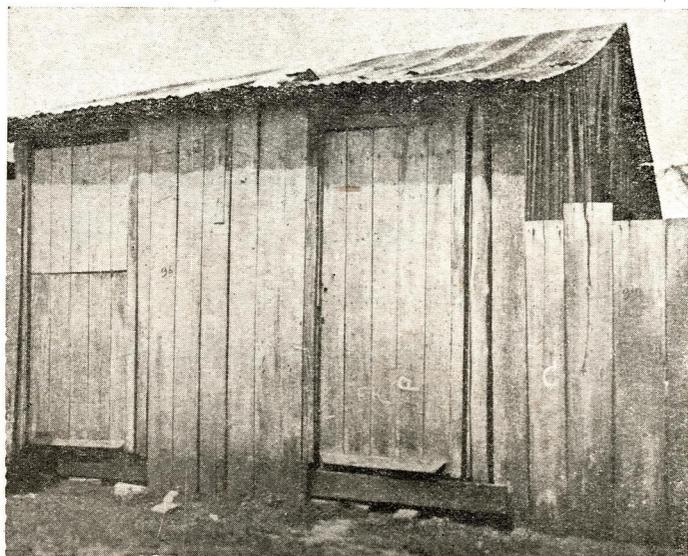


# Isto Porque...

# ...Entre Outras Razões,

a rede escolar primária,  
no Brasil, apresenta  
grandes deficiências;  
não tem, por exemplo, capacidade para  
abrigar metade de  
nossa população infantil.

E o mais grave :  
existem muitas escolas  
que funcionam  
em prédios inadequados.



**Possuíamos sò-  
mente 44.000  
unidades esco-  
lares em todo o  
Brasil.**

## O problema



INEP

Um dos fatores que mais concorrem para a atual deficiência do ensino primário no Brasil é a inexistência do prédio adequado para o funcionamento da escola. Os prédios que se contam na rêde, em número muito inferior ao necessário, carecem de acomodações apropriadas e não apresentam, em sua maioria, os requisi-

tos essenciais para o funcionamento de uma escola pública.

Basta assinalar que contávamos no ano de 1945 apenas com 44.000 unidades escolares, ou assim genêricamente chamadas, quase que totalmente concentradas nas cidades e zonas distritais, sendo portanto incapazes de atender a todos que morassem distante, resultando daí um semi-abandono da imensa zona rural. Menos de seis mil dêsses prédios pertenciam aos poderes públicos. Grande parte havia sido cedida aos Governos dos Estados, alguns gratuitamente, muitos por aluguel. Milhares funcionavam em próprios estaduais ou federais, mas em salas inadequadas. O resto pertencia a particulares.

Ora, ao Govêrno Estadual cabe o dever precípua de ministrar

# Faltava construir 40.000 novas salas de aula para o ensino primário.

## do prédio

êsse grau de ensino e não sendo êle o proprietário sequer de um quinto das unidades escolares em funcionamento, torna-se evidente que o problema só poderia tender a agravar-se. E foi efetivamente o que aconteceu. O número de prédios construídos não acompanhava o crescimento da população, resultando disso, quando



INEP

não um retrocesso, pelo menos um perigoso [estacionamento.

E se não bastassem êsses fatos, para deixar a descoberto tôda a complexidade do problema, outro não menos grave transparece: é que a maioria, a grande maioria podemos dizer, dessas escolas são instaladas em porões ou salas, em casas muitas vêzes destinadas a precárias residências familiares, ou então construídas para fins outros, muito diversos e sempre inadapáveis. Nas zonas rurais, o que existe de escolas — cedidas gratuitamente ao Estado não passa geralmente de simples telheiros, sem paredes, “puchados” rústicos, espremidos em reduzidas áreas. Dificilmente podem ser chamadas escolas, na acepção legítima da palavra, porque lhes faltam todos os requisitos pedagógicos.

# M E D I T E S Ò

## De 1.000 crianças brasileiras

462 não conhecem escolas

98 matriculam-se mas não freqüentam as aulas

183 abandonam os estudos no fim do primeiro ano



FOTOS A. MONTEIRO

A evasão escolar é outro aspecto importante do problema da educação primária.

A criança que ingressa no curso primário e o abandona ao fim de um ano ou antes de

# B R E I S T O :

## em idade escolar...

83 vão até o segundo ano

174 completam o curso primário

e, destes, somente 33 chegam ao fim do curso médio!



FOTOS A. MONTEIRO

o concluir, mal terá aprendido a ler e a escrever. Se o conseguiu, tal aprendizagem não lhe parecerá um instrumento de trabalho e de progresso.

## NA CIDADE

O exame da matrícula escolar e da distribuição demográfica da população brasileira nos leva à conclusão de que nas zonas rurais do país, onde se localizam cerca de 32 milhões de almas, é que se concentra com maior intensidade o problema do analfabetismo. Com efeito, o “deficit” de matrícula na zona rural atinge a 66,93%, ao passo que na zona urbana a percentagem de crianças não matriculadas é somente de 15,63% do total da população infantil entre 7 e 12 anos. É flagrante, portanto, a desproporção.

Para melhor caracterizar o problema pode-se exemplificar com o seguinte raciocínio: localizando-se 32 milhões de almas na zona rural e calculando-se a população de crianças em idade escolar na proporção de 15% da população total, temos que o número de crianças entre 7 e 12 anos nessas regiões atinge a quase cinco milhões, ou seja, a mais de quatro milhões e oitocentas mil crianças; deduzindo-se o número correspondente à estimativa de crianças matriculadas, teremos o “deficit” de mais de três milhões e duzentas mil crianças — são brasileiros em idade escolar que mesmo que quisessem não poderiam receber instrução primária. Este número aproxima-se da totalidade do “deficit” teórico em todo o Brasil, o que demonstra que é mesmo na zona rural que reside o problema em toda a sua amplitude.



**em função dos seus problemas,**

é 30% cidade e 70% campo.

**Dos 6 e meio milhões de  
crianças em idade escolar**

NA ZONA RURAL

**moram**

1.956.969



**moram**

4.800.574

**vão à escola**

1.651.004



**vão à escola**

1.587.358

**restam**

305.965

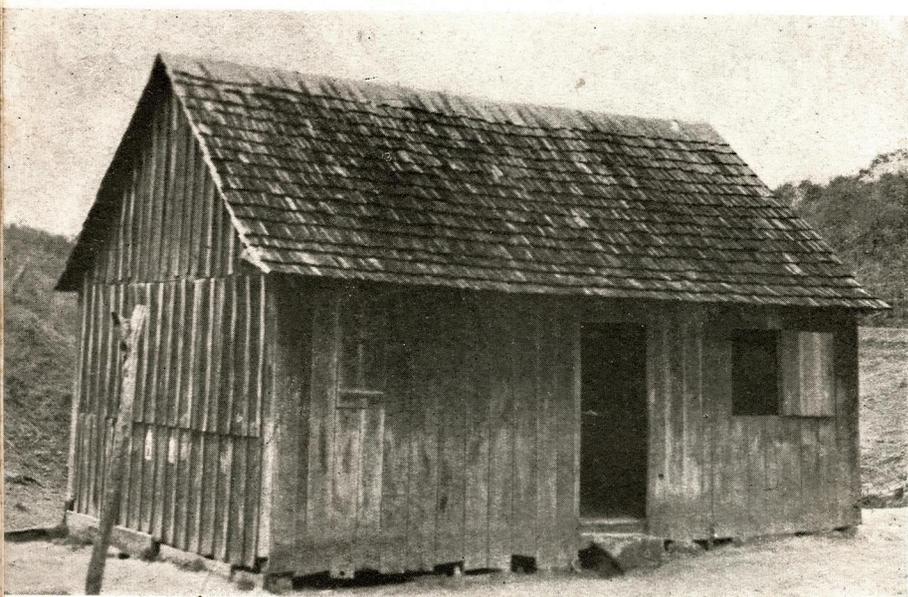


**restam**

3.213.216

# A Escola é a melhor

**Antes**



INEP

Casebres de madeira, como o que se vê acima, sem conforto nem higiene, deixando de atender aos mais elementares preceitos pedagógicos, constituem, ainda, boa parte das escolas primárias que servem às zonas rurais do país.

# Rural

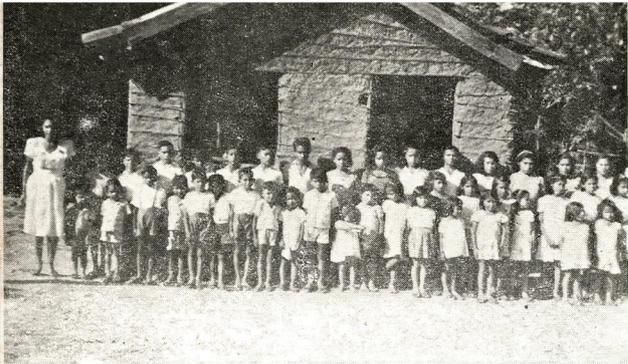
## solução

Depois



INEP

Agora, porém, êsse magno problema vem sendo decisivamente atacado pelo Governo Federal, que está disseminando novas escolas pelas regiões mais necessitadas de todos os Estados e Territórios da União. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, organizou o plano de ação e está pondo em execução os métodos aconselhados.



INEP

# Fundo Nacional do Ensino Primário

(DECRETO-LEI N.º 4.958, DE 14 DE JANEIRO DE 1942).



INEP

## A BASE DA AÇÃO FUTURA

O fato de serem os recursos locais muito inferiores às necessidades mínimas para a solução do problema do ensino primário, determinou a conveniência da participação direta do Governo Federal, a fim de dotar os Estados e Territórios da União dos meios imprescindíveis ao reaparelhamento da rede escolar. De tal sorte se apresentava o problema que certas unidades federadas, mesmo que aplicassem todos os seus recursos no ataque frontal à situação imperante — ainda assim a solução não se faria sentir totalmente.

Compreendendo a gravidade e importância da questão, o Governo Federal desenvolveu um plano de ação supletiva, instituindo o Fundo Nacional de Ensino Primário, onde seriam acumulados recursos para atender às necessidades da educação primária. E assim foi feito, destinando-se importante quota da receita da União exclusivamente para atender às despesas com a melhoria do sistema de educação fundamental, em todo o país. Ao Ministério da Educação foi atribuída a responsabilidade da aplicação e distribuição desses recursos federais, cabendo ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a elaboração de um programa geral de construções escolares no interior do país, lançando-se, de tal forma, as bases da campanha de renovação educacional que se ia encetar pela primeira vez no Brasil.

Concluindo as pesquisas preliminares, fundamentadas em estudos, consultas e levantamentos estatísticos realizados em todas as regiões do país, o INEP fez distribuir meios para a construção de prédios escolares nas zonas rurais mais carentes, dos Estados e Territórios. Até o corrente ano de 1949, 6.160 novas escolas já foram localizadas no interior, beneficiando cerca de 1.500 municípios. Aproximadamente 1.216 prédios estão concluídos, encontrando-se outro tanto em fase final de acabamento. E como desenvolvimento desse programa, o INEP prevê para 1950 a distribuição de mais 1.500 escolas rurais, que serão somadas à rede, além das 45 escolas normais rurais e dos 220 grupos escolares já distribuídos no período 1948/1949, em prosseguimento ao plano geral de renovação educacional.



INEP

## A ESCOLA RURAL

NÃO EXISTE, pròpriamente, um tipo padrão de prédio para a escola primária destinada à ampliação e melhoria da rrede escolar. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, depois dos necessários levantamentos, concluiu que o prédio de zona rural deveria reunir determinadas características essenciais, a fim de melhor atender às conveniências do ensino no interior. Fixou-se, então, um conjunto de requisitos mínimos, dentro de um valor módico, prèviamente estipulado.

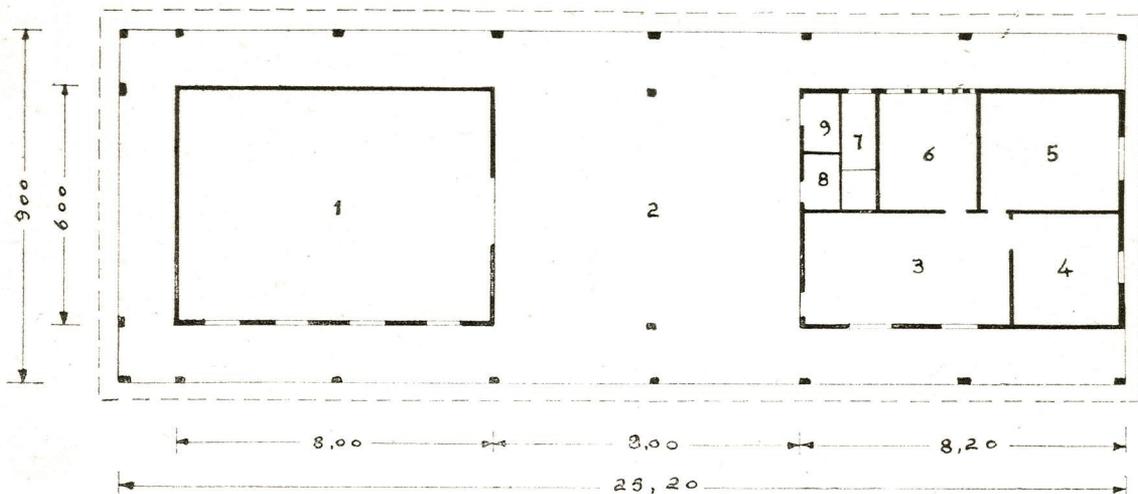
As condições para a construção dos prédios são mencionadas nos acordos firmados entre o Ministério da Educação e os Governos Estaduais. Cabe ao INEP zelar pela observância das cláusulas contratuais, acompanhando o desenvolvimento das obras.



Firmado o acórdo, entre o Ministério da Educação e o representante do Estado ou Território beneficiado, é, imediatamente, transferida, no Banco do Brasil, a quota correspondente a um tærço da quantia total relativa ao número de escolas distribuídas. O restante é liberado em mais duas parcelas, à medida que as construções se desenvolvem, de forma a coincidir a última prestação com a conclusão dos prédios.

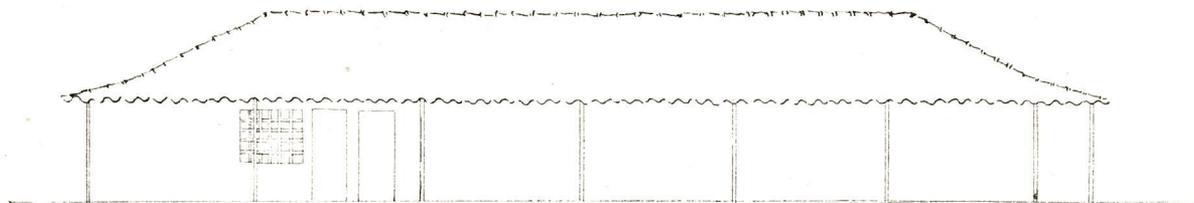
INEP

# REQUISITOS ESSENCIAIS

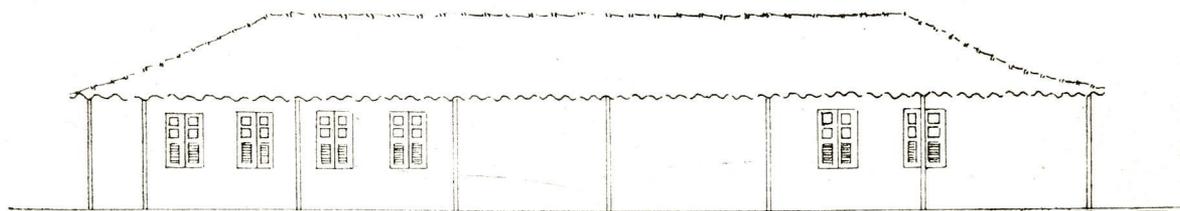


PLANTA

- 1 — SALA DE AULAS
- 2 — RECREIO COBERTO
- 3 — SALA DE ESTAR
- 4 — QUARTO
- 5 — QUARTO
- 6 — COSINHA
- 7 — BANHO - W.C
- 8 — W.C.
- 9 — W.C.



FACHADA NORTE



FACHADA SUL



e assim

estão surgindo

em todo o ter

beneficiando cerca



6.160

novas escolas

ritório nacional

de 1.500 municípios

# COMO ESTÃO SEN



Havia, no Município de Dourados, no Estado de Mato Grosso, uma escola primária que funcionava nestas condições.

INEP

Na localização das 6.160 escolas, até agora distribuídas pelo Ministério da Educação e Saúde, o Município de Dourados, assim como outros 1.500 municípios brasileiros, foi beneficiado com um novo, moderno e confortável prédio escolar.



INEP

# DO CONSTRUIDAS...



INEP

Assinado o acôrdo, entre o Ministério da Educação e o representante do Governô do Estado, foi logo iniciada a construção da nova escola, ao fundo, enquanto ainda funcionavam as aulas na antiga palhoça. . .

Prossigue ativamente a construção. . .



INEP

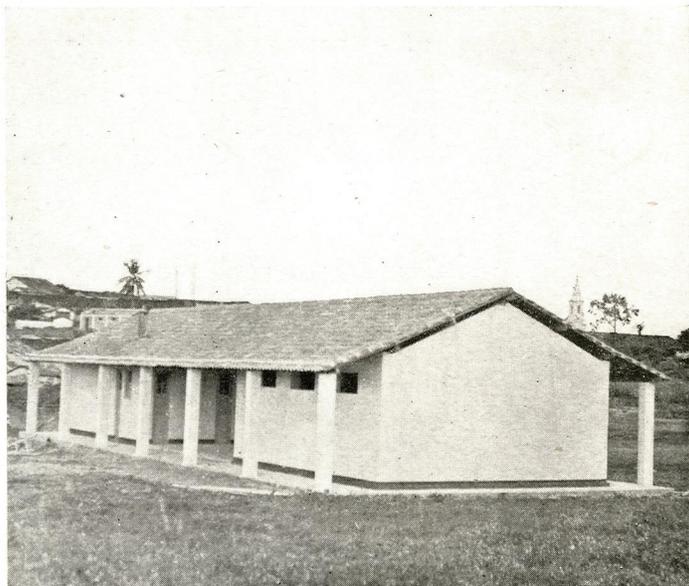
Todos os dados referentes à edificação das escolas rurais, assim como a garantia dada pelas administrações locais de que será sempre assegurado o pleno funcionamento das classes, estão previstos nas cláusulas dos acordos entre a administração federal e os Governos Estaduais e Territoriais.

# ... A S N O V A S



A sala de aula

INEP



A nova escola

INEP

INEP



Aula prática de agricultura

# ESCOLAS RURAIS



INEP

Tornar-se-á possível a recuperação do  
homem e do campo. . .

O prédio escolar, construído de acordo com as normas técnicas recomendadas pelo INEP, dispõe de confortável residência para o professor; e, para que sirva realmente de centro de aprendizagem e fixação do homem, é levantado em terreno nunca inferior a um hectare, onde o aluno tem oportunidade de aplicar os conhecimentos rurais, que também adquire, em complemento ao curso fundamental.

. . . e o aumento da produção. . .



INEP



INEP

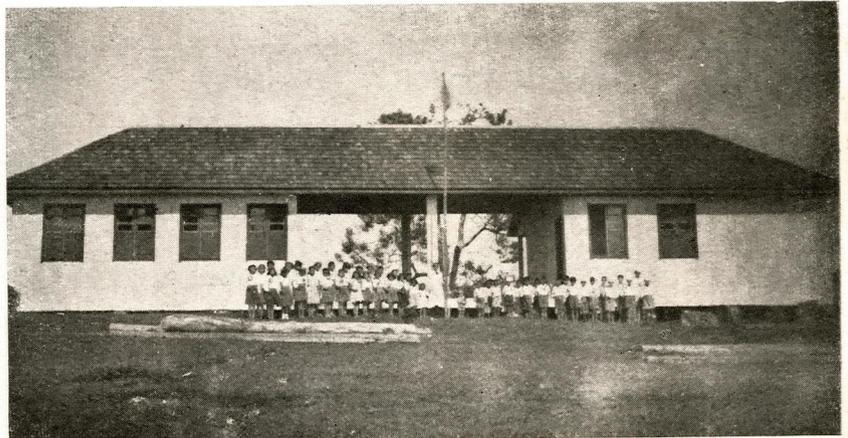
# Escolas para

A ausência de uma eficiente rede escolar nos limites brasileiros e a existência de escolas de outras nacionalidades, determinam uma atração natural das populações ali fixadas para outras escolas, provocando, ao cabo de algum tempo, a desnacionalização das novas gerações nesses núcleos marginais.

O problema ainda mais se agrava ao verificar-se que justamente nas regiões de fronteira se manifesta uma acentuada carência de recursos educacionais. Não tem havido, infelizmente, por parte da União, uma ação efetiva e enérgica para cobrir as deficiências. Essas zonas, pois, já bastante prejudicadas pela distância e pelas dificuldades de transporte, ainda se ressentiam da falta de amparo. Isto fez com que o problema se ressentisse de importância excepcional.

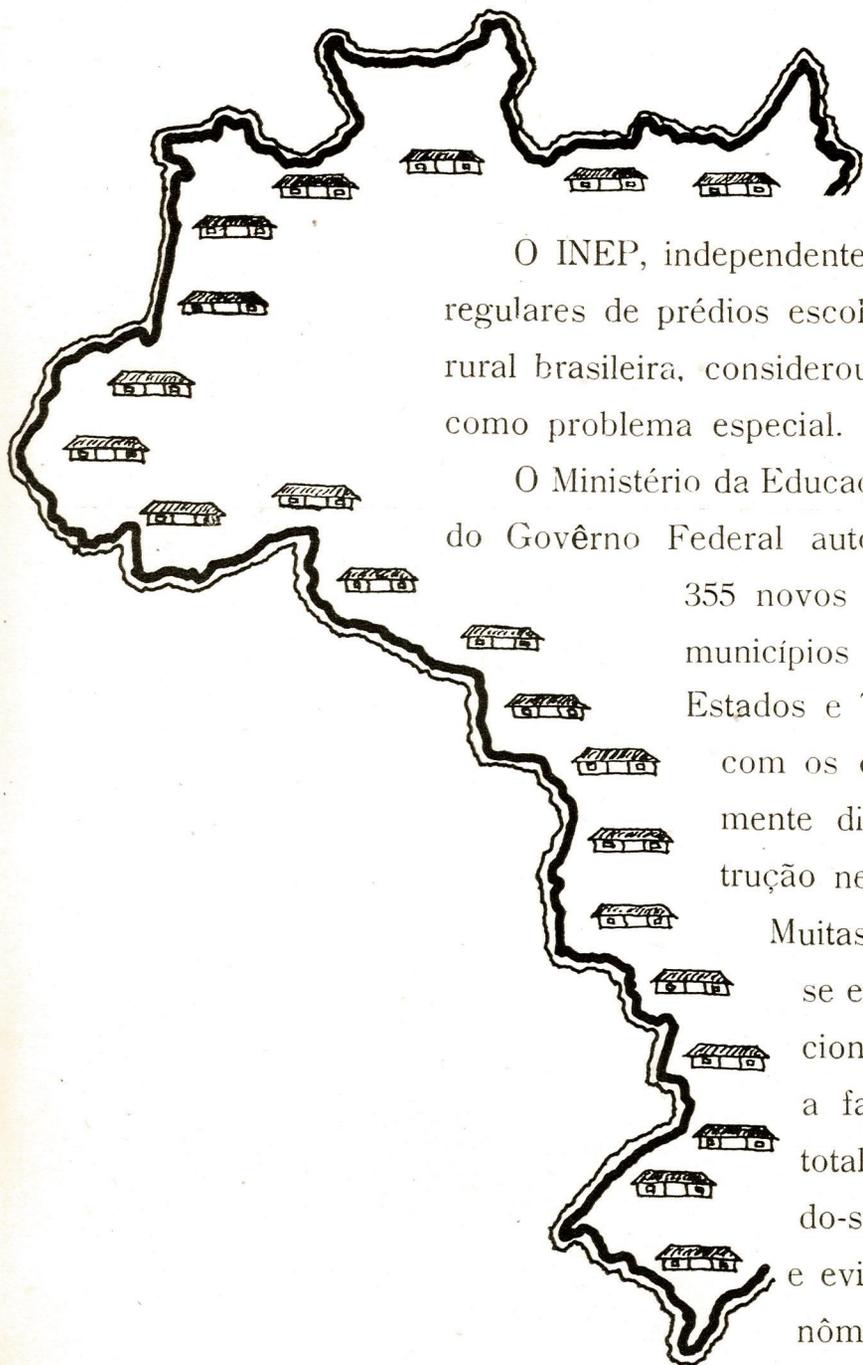
Não poderia, portanto, o plano de renovação educacional, elaborado pela administração federal, esquecer a situação particular apresentada pela extensa faixa de fronteira em nosso país.

Escola situada em Dionísio Cerqueira,  
na zona de fronteira.



INEP

# a fronteira



O INEP, independentemente das distribuições regulares de prédios escolares, por tãda a zona rural brasileira, considerou a região de fronteira como problema especial.

O Ministério da Educação, dêsse modo, obteve do Govêrno Federal autorização para localizar 355 novos prédios escolares nos municípios limítrofes de todos os Estados e Territórios, sem contar com os oitenta prédios regularmente distribuidos e em construção nessas zonas.

Muitas dessas novas escolas já se encontram em pleno funcionamento e em breve tãda a faixa de fronteira estarã totalmente coberta, eliminando-se o "deficit" de matrícula e evitando-se o perigoso fenômeno da evasão escolar.



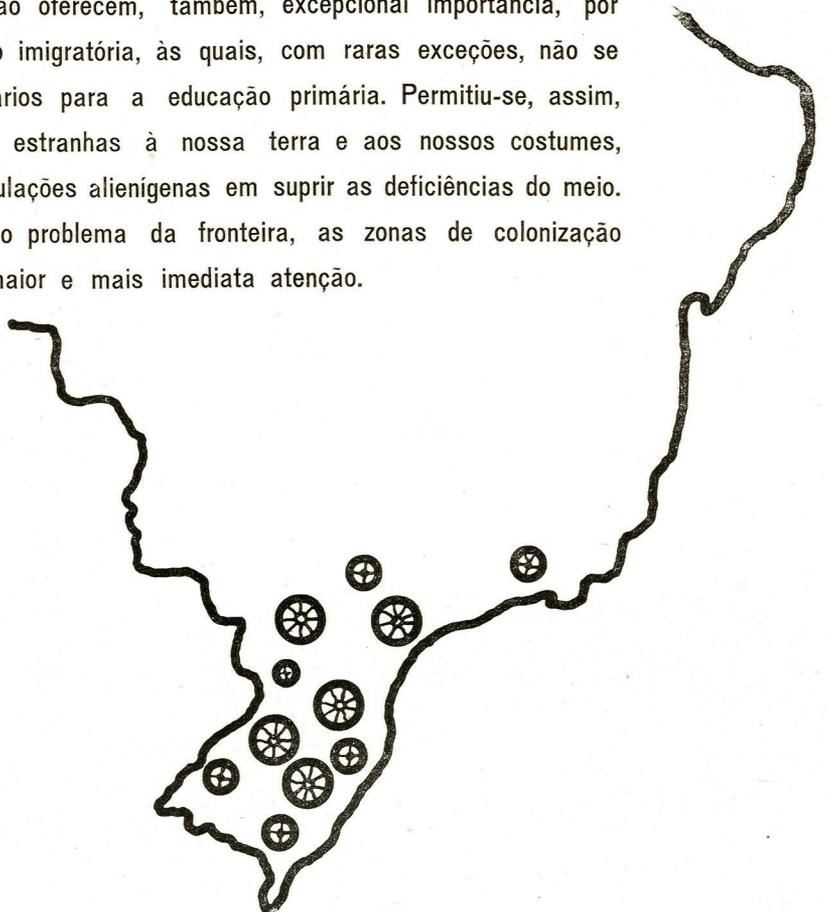
Escola existente em zona de  
colonização.

INEP

# Nacionalização do Ensino

As zonas de colonização oferecem, também, excepcional importância, por constituírem regiões de fixação imigratória, às quais, com raras exceções, não se ofereciam os recursos necessários para a educação primária. Permitiu-se, assim, o desenvolvimento de culturas estranhas à nossa terra e aos nossos costumes, traduzidas no esforço das populações alienígenas em suprir as deficiências do meio.

Da mesma forma que o problema da fronteira, as zonas de colonização exigem do Governo Federal maior e mais imediata atenção.



Adotando critério semelhante ao executado para a situação da faixa limítrofe brasileira, o INEP fixou os municípios da zona de nacionalização, cujos “deficits” de matrícula estavam a exigir a ação supletiva da União.

E o Ministério da Educação obteve do Governo Federal nova autorização especial para a distribuição de 300 prédios escolares, localizados em regiões de colonização dos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e do Espírito Santo, onde se acham fixadas populações de origem estrangeira.

Muitos dos municípios contemplados nessas zonas já haviam sido anteriormente beneficiados com auxílios federais para os mesmos fins, atendendo unicamente aos “deficits” de ensino que manifestavam. Mais da metade dessas escolas já funcionam nas regiões de colonização, todas elas ostentando o pavilhão brasileiro que tremula nos mastros.

Novas escolas para filhos dos elementos que nos procuram como nova Pátria.





FOTO A. MONTEIRO

# A distribuição

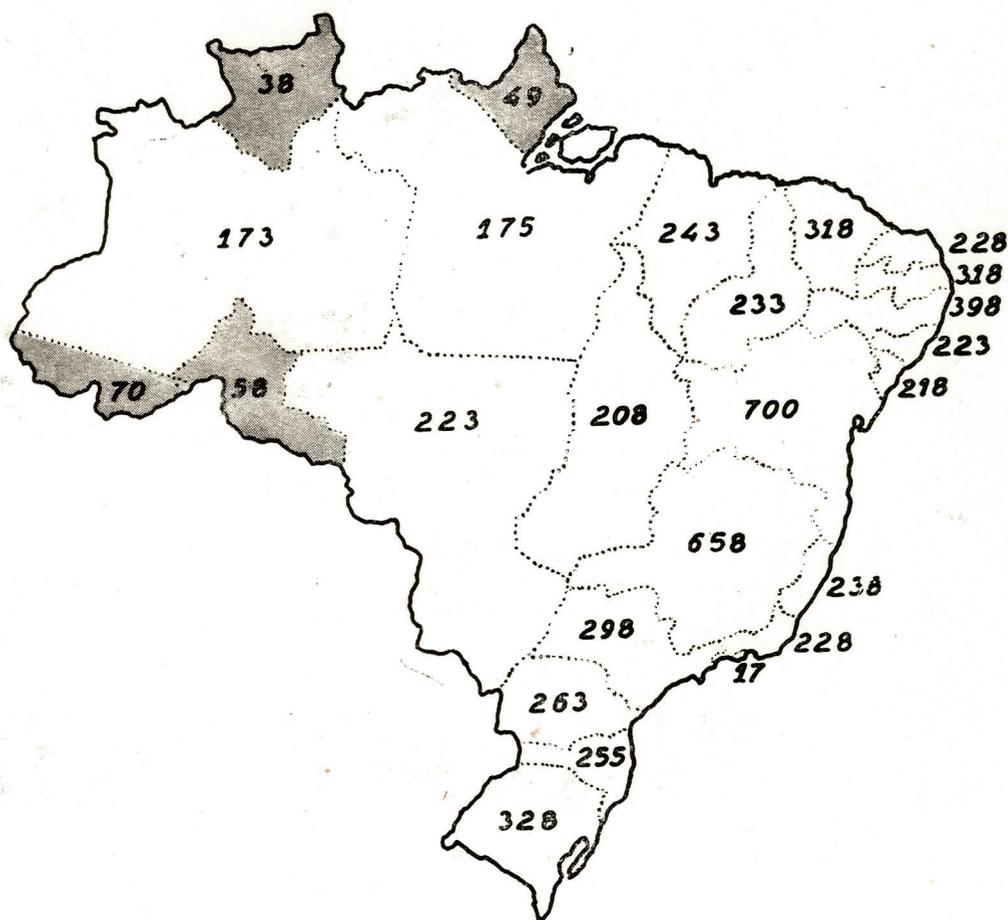
Ao determinar a localização dos prédios escolares, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos considera em primeiro lugar o "deficit" de matrícula de cada município do Estado ou Território beneficiado. Observa, em seguida, a existência ou não de unidades escolares na região e distribui finalmente os prédios pelos municípios mais necessitados, isto é, por aqueles que apresentam o maior número de crianças em idade escolar e não matriculadas.

A idéia é cobrir o "deficit". É plantar a árvore onde a terra é boa. É dar escolas para as crianças sem escolas.

UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE ESCOLAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 1949
DISTRITO FEDERAL	17 *
ALAGÔAS	223
AMAZONAS	173
BAHIA	700
CEARÁ	318
ESPÍRITO SANTO	238
GOIÁS	208
MARANHÃO	243
MATO GROSSO	223
MINAS GERAIS	658
PARÁ	175
PARAÍBA	318
PARANÁ	263
PERNAMBUCO	398
PIAUI	233
RIO DE JANEIRO	228
RIO GRANDE DO NORTE	228
RIO GRANDE DO SUL	328
SANTA CATARINA	255
SÃO PAULO	298
SERGIPE	218
TERRITÓRIO DO ACRE	70
TERRITÓRIO DO AMAPÁ	49
TERRITÓRIO DE FERNANDO NORONHA	2
TERRITÓRIO DO GUAPORÉ	58
TERRITÓRIO DO RIO BRANCO	38
<b>BRASIL</b>	<b>6.160</b>

\* Os recursos destinados ao Distrito Federal foram aproveitados pela Prefeitura para a construção de duas grandes escolas rurais.

# das Novas Escolas



**E mais 1.500 escolas rurais serão distribuídas em 1950**

**Em 1945, contávamos, apenas, com 85.322 mestres em todo o Brasil. . .**



INEP

O reduzido número de professores em exercício em todo o país, concorre também para agravar o problema. Acresce, ainda, o detalhe de que a maioria dos mestre-escola, que lecionam no interior, não se acha suficientemente habilitada para a função pedagógica, sendo que muitos não são sequer formados. De nada valeria, portanto, qualquer plano de ampliação da rede escolar primária sem que se desenvolvesse um esforço simultâneo a fim de possibilitar a formação de numeroso corpo de docentes, à altura das necessidades.

Compreendendo a importância do problema do professor, em função, por assim dizer, do problema do ensino primário, o Ministério da Educação está promovendo, também, a construção imediata de estabelecimentos de ensino normal, destinados à preparação de professores regentes de ensino, que irão atender especialmente às regiões até agora desservidas de institutos dessa natureza. Os prédios onde funcionarão tais escolas, além de todos os requisitos pedagógicos, são dotados também de uma seção de internato, oferecendo maiores oportunidades aos candidatos ao magistério nas zonas rurais, onde exercerão suas funções.

E, ainda com o mesmo objetivo, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos está cooperando no aperfeiçoamento dos professores dos Estados e Territórios, pela instituição e manutenção de Bolsas de Estudos na Capital Federal.



**...precisamos de  
mais 100.000 pro-  
fessôres primários!**

Milhares de

professôres...



FOTO A. MONTEIRO

*Será essa*

...para milhões

de crianças!



FOTO A. MONTEIRO

*a segunda etapa.*

# E ASSIM...

EM BREVE, O BRASIL

ESTARÁ ARMADO

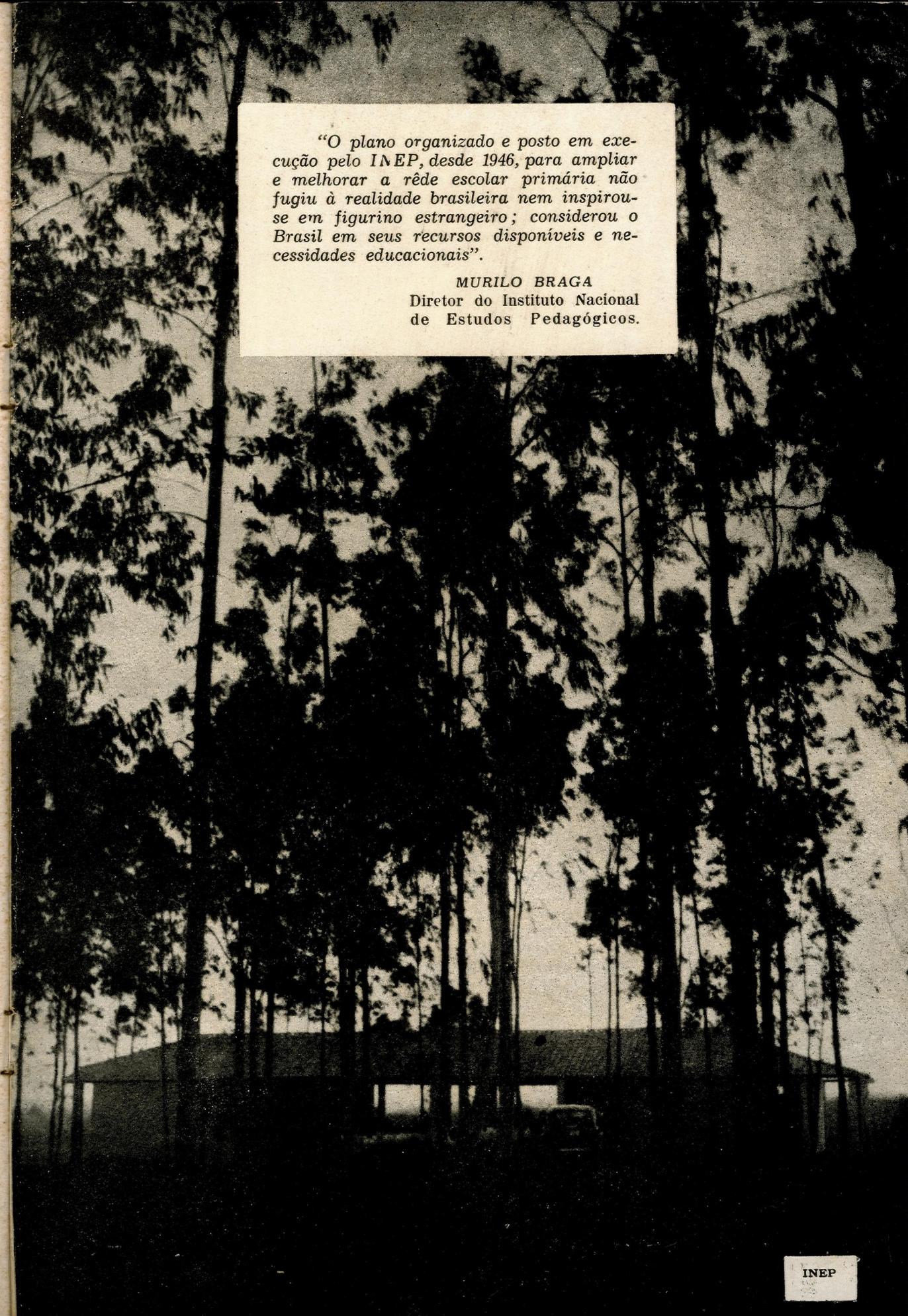
PARA RESOLVER

O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO

POPULAR.



FOTO A. MONTEIRO



*“O plano organizado e posto em execução pelo INEP, desde 1946, para ampliar e melhorar a rede escolar primária não fugiu à realidade brasileira nem inspirou-se em figurino estrangeiro; considerou o Brasil em seus recursos disponíveis e necessidades educacionais”.*

MURILO BRAGA  
Diretor do Instituto Nacional  
de Estudos Pedagógicos.

*“Em matéria de educação, menos necessitamos, na verdade, de formular leis ou elaborar princípios do que realizações”.*

*Ministro CLEMENTE MARIANI  
(Do discurso de posse na  
Pasta da Educação e Saúde  
11/12/946).*

*“A obra em curso, de auxílio aos Estados na disseminação do ensino primário — póde ser dito sem falsa modéstia — não encontra paralelo. Espero em Deus não encerrar o meu mandato sem antes ver construídas, em construção ou contratadas, seis mil escolas rurais, duas centenas de grupos escolares e cinqüenta escolas normais rurais. São unidades escolares suficientes para atender a cêrca de um quarto do “deficit” escolar estimado. Seja êsse programa mantido e ampliado, com espírito de continuidade e mais três governos serão suficientes para eliminar inteiramente aquêle “deficit”.*

*Presidente EURICO G. DUTRA  
(Da Mensagem apresentada ao  
Congresso Nacional em 1949).*